

CLIPPING IMPRESSO

29/10/2021



INDICE

1. FALECIMENTO	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. PRECATÓRIOS	
2.1. JORNAL PEQUENO.....	2
3. PUBLICIDADE LEGAL	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	3



A morte de Arthur

Ainda repercute em Caxias a morte de Arthur Almada Lima Filho. Aos 92 anos, o intelectual estava em plena atividade, produzindo e vivendo intensamente. Entretanto, após uma queda, problemas cardiorrespiratórios lhe vieram à tona e ele partiu. Em São Luís, o dia 27 de outubro ainda amanhecia quando Arthur Almada Lima Filho mudou de dimensão.

Eram muitos seus atributos terrenos: ex-desembargador, educador, escritor, pesquisador, historiador, estudioso da cultura caxiense, fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC), membro da Academia Caxiense de Letras. Deixou extensa prole: cinco filhos, nove netos e viúva (em segundas núpcias) a professora universitária Antônia Miramar Alves Silva (UEMA). Nascido neste solo em 17 de outubro de 1929, Arthur muito produziu, mas também muito curtiu. Foi sempre um homem de seu longo tempo. Não apenas passou pela vida, como muitos fazem. Seu último e principal sonho era ver a velha estação de trem, sede do IHGC, toda vestida de novo, com sua caríssima história toda recauchutada e revalorizada. Não deu tempo.

O corpo cremado, atendendo a desejo pessoal manifestado há muito tempo, suas cinzas habitarão o Morro do Araim, próximo à BR-316, em Caxias, em data ainda a ser confirmada... Texto com informações de Edmilson Sanches, diretor do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC).

Manifestações

Nas redes sociais, foram muitas as manifestações de pesar pela morte de Arthur Almada Lima Filho, realçando o jurista, o intelectual, mas também o homem, o ser humano, o realizador de sonhos... Grande perda para Caxias e para o Maranhão.

Quórum baixo e divergências adiam votação da PEC dos Precatórios para novembro

MICHEL JESUS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

GIL MARANHÃO

Sem número suficiente para aprovar a matéria e as divergências sobre diversos pontos do texto do relator levaram a Câmara dos Deputados a adiar, mais vez, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios – desta vez, para depois do feriado de Finados, dia 3 de novembro. O número mínimo de votos para uma PEC ser aprovada é 308. Na quarta, não tinha um terço deste número na Casa.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defensor da proposta, tentou esticar a sessão de quarta-feira até meados da noite de quarta-feira (27), mas temeroso em sofrer nova derrota – como aconteceu na semana passada com a PEC que alterava a composição do Conselho do Ministério Público, resolveu adiar a votação.

O líder do Governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), atribuiu o adiamento, também à falta de quórum causada pela decisão do presidente da Câmara de retorno às sessões presenciais na Casa. Vários parlamentares teriam permanecido em seus Estados, apesar da decisão, o que teria dificultado o quórum e as negociações.

“A votação da PEC é fundamental para abrir o espaço fiscal necessário à implantação do nosso novo programa social,



PEC dos Precatórios sofre resistência da Oposição, que alega que a proposta vai retirar recursos da Educação. Votação ficou para o dia 3 de novembro

o Auxílio Brasil. O objetivo do presidente Jair Bolsonaro é viabilizar o socorro à população mais vulnerável, que ainda sofre os impactos econômicos da pandemia”, disse o líder, que criticou a oposição, a quem atribuiu tentativa de barrar o governo a de pagar Auxílio Brasil no valor de R\$ 400.

AUMENTO/AUXÍLIO BRASIL

A PEC dos Precatórios é tida

como fundamental para o Governo Bolsonaro conseguir passar dos atuais R\$ 189 para R\$ 400 o pagamento do programa social Auxílio Brasil, que vai substituir o Bolsa Família. O governo quer pagar o valor para beneficiários até o final do ano que vem. Para isso, a PEC dos Precatórios prevê abertura de R\$ 83 bilhões no orçamento de 2022 em duas frentes: criar teto de R\$ 40 bilhões para pagamento de

precatórios e alterar o teto de gastos.

A fórmula encontrada pelo relator do projeto, Hugo Motta (Republicanos-PB), é no cálculo do Teto de Gastos, que hoje é feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre julho do ano anterior e junho do ano corrente. Caso a PEC seja aprovada, o cálculo será feito com dados entre janeiro e dezembro.

Oposição diz que PEC vai alterar o pagamento de dívidas do Fundef

Parlamentares de partidos da Oposição na Câmara dos Deputados têm se mobilizado nos bastidores e junto às bancadas estaduais para derrotar a PEC dos Precatórios. Os opositoristas dizem que a proposta vai prejudicar os recursos da educação ao alterar o pagamento de dívidas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Na terça-feira (26), a bancada da Minoria na Casa, composta pelos partidos de oposição PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL e Rede, chegou a publicar uma nota se posicionando contra a proposta, que apelidaram de “PEC do calote” e “PEC

da chantagem”. “A polêmica proposta é caracterizada pelo calote, chantagem e uso de artifícios, por parte do governo federal”, diz o texto.

“A proposta promove uma maquiagem nas contas públicas para criar um espaço de mais de R\$ 100 bilhões no orçamento, sendo que apenas R\$ 30 bilhões adicionais seriam suficientes para o pagamento dos auxílios sociais ao povo brasileiro”, diz a Minoria. “É a PEC do calote, pois cria um teto no orçamento para o pagamento de precatórios, que são sentenças judiciais transitadas em julgado”, diz o texto. Segundo a Minoria, “Se aprovada, a PEC

irá levar a situações em que credores permaneçam anos sem receber qualquer valor que lhes é devido. A Minoria não apoia o calote aos precatórios, uma medida inconstitucional, que fere diversos princípios e garantias individuais”, afirmam. “A proposição é, também, a PEC da chantagem porque o governo tem condicionado a continuidade do pagamento de benefícios sociais à aprovação da matéria, sugerindo que essa seria a única alternativa possível de obter recursos e que, sem a aprovação da PEC, a população mais vulnerável estará desamparada”, apontam a Oposição.

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 59/2021 Processo nº 9078/2021		
Objeto: Registro de preços para aquisição de Solução de Certificação Digital para o sítio WEB e equipamentos de rede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; Abertura: 16/11/2021 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 25 de Outubro de 2021. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).		

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 61/2021 – SRP Processo nº 15709/2021		
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Solução de Tecnologia da Informação; Abertura: 19/11/2021, às 10:00 horas (horário de Brasília-DF); Local: www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís, 28 de outubro de 2021. André de Sousa Moreno – Pregoeiro TJMA.		